

Senado aprova abertura de capital na mídia

11 ABR 2002

ERIKA KLINGL

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA – A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou ontem o texto final da proposta de emenda à Constituição que permite a entrada de capital estrangeiro na mídia. O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), informou que um acordo de líderes, na próxima semana, vai possibilitar a aprovação do regime de urgência para a proposta. Com a redução dos prazos de tramitação, os dois turnos de votação no plenário devem estar concluídos em menos de um mês.

“Em tempos de abertura da economia, a revitalização de um setor empresarial com tanta importância para o país não deve ser tolhido pela proibição do investimento estrangeiro”, disse o relator.

A consequência imediata da aprovação da proposta será a permissão para que pessoas jurídicas brasileiras participem com até 100% do capital das empresas de rádio, televisão, jornais e revistas. A legislação atual limita essa participação a 30%. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) avalia que apenas essa mudança seria suficiente para resolver os problemas financeiros enfrentados pelas empresas jornalísticas. Por isso apresentou emenda retirando o capital estrangeiro da proposta. A mudança foi rejeitada por unanimidade. “A competição se dá não apenas pelo suporte dos recursos financeiros, mas também pela entrada quase instantânea de tecnologia”, afirmou o senador José Fogaça (PPS-RS).

A participação do capital estrangeiro dependerá ainda da aprovação de uma lei ordinária que regulamentará a proposta. Já é certo que o limite de investimentos internacionais será de 30%. Além disso, os novos sócios não poderão intervir na linha editorial, pro-

gramação e definição de conteúdo dos veículos, que continuem restritos a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

A oposição repetiu o acórdão fechado na Câmara e vinculou a aprovação da proposta ao desengavetamento do Conselho de Comunicação Social, formado por representantes de todos os segmentos da mídia. Criado em 1988, na Constituição, e regulamentado em 1991, o Conselho nunca saiu do papel. O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), comprometeu-se a conversar com o presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), para que o grupo seja instalado antes da votação da proposta em plenário.

A matéria foi aprovada com o mesmo texto que saiu da Câmara dos Deputados. Existe a preocupação de que não sejam aceitas emendas que modifiquem o mérito. O objetivo é evitar o retorno da proposta para o extenso corredor de comissões e plenário da Câmara. Por isso, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Fogaça resolveram retirar emenda que cria um órgão regulador de concessões de empresas de rádio e televisão para sugerir posteriormente uma lei específica que tratará do assunto. Os senadores querem a criação de uma agência reguladora de mídia, nos moldes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que concentraria o controle das emissoras de rádio e televisão, televisão por assinatura, Internet e veículos impressos.